

## EXPERIÊNCIA DOCENTE NO PIBID/UNESPAR: REFLEXÕES A PARTIR DA PRIVATIZAÇÃO DOS COLÉGIOS ESTADUAIS

### RESUMO

Este relato objetiva evidenciar as observações da bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) durante o período de caracterização da escola ocorrido em um colégio membro do programa “Parceiros da Escola” pelo Governo do Paraná, na cidade de Curitiba no ano de 2025, com foco no processo de privatização da escola os impactos deste sistema opressor instalado na educação não só para os alunos, mas para os profissionais da educação. O trabalho sintetiza o processo de imersão no ambiente escolar e a análise crítica das dinâmicas institucionais, destacando como a lógica de gestão voltada ao desempenho e à padronização atravessa as atividades docentes, a organização do tempo de trabalho, as relações entre professores e setores administrativos, e principalmente como este sistema reflete na formação dos estudantes. A metodologia adotada combina observação participante, registros de campo e análise reflexiva das situações observadas no cotidiano escolar, identificando dispositivos de controle sobre a autonomia profissional, como a exigência de cursos de formação pelo outro projeto do estado “Formadores em Ação”, que reduz as horas atividades. Esta pesquisa de campo evidencia que a privatização se manifesta não apenas em mudanças estruturais, mas também na intensificação do controle sobre o trabalho docente, na precarização de condições de trabalho e na redução de possibilidades de atuação crítica. Ao mesmo tempo, observou-se que a comunidade escolar possui maneiras de resistir de forma micropolítica a esse modelo por meio da busca de práticas educativas que preservem a autonomia e a função social da escola.

**Palavras-chave:** Programa Parceiros da Escola, Educação Pública, Plataformização do Ensino.

### INTRODUÇÃO

Ao frequentar o colégio cujo tive a oportunidade de experienciar o PIBID de Artes pela Unespar, observei este espaço social com um olhar filtrado como pensava Michel Foucault, principal referencial teórico deste texto, na ânsia de trazer teor crítico para o relato, em seu livro *Vigiar e Punir*, de 1975. A referida obra busca denunciar o sistema prisional e a forma como ele é pensado para o controle e docilização dos corpos em situação de opressão, numa distribuição de relações de poder entre as classes sociais. Neste recorte, proponho analisar o sistema da escola, tanto em sua arquitetura quanto sua cultura, articulando-o ao texto do sociólogo francês para o portfólio, no momento da caracterização do colégio, observando esta realidade em uma lente crítica. Trata-se de uma pesquisa empírica descritiva com caráter de estudo de caso qualitativo, onde trarei observações cotidianas do PIBID com o conteúdo acadêmico estudado em paralelo dentro da universidade, e evidencio como estas



práticas, tidas como tão longínquas no contexto do livro (que atravessa a Revolução Francesa) ainda estruturam e operam nas instituições que, desde a sua fundação, mantêm a prática de vigilância e punição. Conceitos trazidos do livro que me chamaram a atenção foram: a mitigação das penas, os corpos dóceis, e o panoptismo.

## DESENVOLVIMENTO

De forma reduzida, o panoptismo (Foucault, 1975), conceito decorrente da arquitetura do panóptico (de *pan-ótico*) dentro das prisões é um dispositivo de vigilância construído como grande torre central, com vista acessível a todas as celas dispostas ao seu redor. Mas a situação não era recíproca; tais janelas eram inacessíveis visualmente para os detentos não conferirem se estavam sendo observados. Trazendo à contemporaneidade, é como um vidro de carro com *insulfilm*; o motorista enxerga o lado de fora, mas o lado de fora não enxerga o interior do carro. E de dentro desta torre central “insulfilmada”, um único vigia é capaz observar cada canto do presídio. Em palavras do filósofo, surgiria aí, seu importante efeito: “[...] induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce.” (Foucault, 1975. p. 224). Nesta perspectiva, consegui notar na arquitetura da escola um pouco do sistema carcerário onde o momento do recreio é sempre no espaço central, como um banho de sol, onde tudo é visível e denunciável, sem esconderijos e outras possibilidades. Entretanto, indo para além do espaço físico, tive um momento em que enxerguei ainda mais esta teoria de vigilância: a sala do diretor. Entrando na sala, a primeira coisa a ser observada é uma televisão reproduzindo imagens em tempo real de todas as câmeras de segurança da escola. E, assim como o vigilante da torre na penitenciária, todos têm a consciência de que o diretor tem acesso a tudo que acontece o tempo todo - e quanto à todos, não me refiro apenas aos estudantes. Ao mesmo tempo, nunca é possível saber se o diretor de fato está em sua sala, observando. Mas ele *pode* estar: “Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo.” (Foucault, 1975. p. 225). É a constante sensação de domesticidade por estar sendo vigiado.

É à sala da direção e da pedagogia as quais os alunos são mandados por indocilidade, notas baixas ou brigas, e os pais são chamados para tomar ciência de denúncias do comportamento dos filhos e buscar o boletim. Já tive a oportunidade de ouvir uma reunião



com uma mãe na pedagogia, e não gosto muito das coisas que ouvi esse dia: a pedagoga era fria ao falar sobre o aluno, alguém que claramente precisava de amparo e acolhimento - tratava-se de um aluno com laudo - sugerindo inclusive à mãe que esse aluno iniciasse um estágio de jovem aprendiz “ao invés de ficar dormindo”. Lembrando, aluno este no sexto ano, com dificuldades tanto sociais quanto psicológicas, em que os remédios pesados que o faziam ficar sonolento estavam sendo confundidos com preguiça. Trabalhar, ainda mais sendo estudante repetente, era a última coisa que aquele aluno precisava naquele momento. Aqui vemos um exemplo do sistema hierárquico de controle e docilização (Foucault, 1975), onde a pedagogia exerce a opressão de sujeitos já oprimidos (uma criança e uma mulher de renda baixa), e tem em si o controle vindo de cima (seja a diretora, o estado) que lhe cobra tal prática. Esta situação me remeteu à ideia já saturada, mas ainda muito consolidada, de Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, de que o sonho do oprimido é tornar-se um opressor (Freire, 1968). Nesta prática, a pedagoga está apenas reproduzindo o sistema enraizado e contaminado pela oligarquia, sem reconhecer-se também como oprimida.

Ainda tratando dos espaços físicos da escola, observei a dualidade dos recursos como quadro de giz e o *Educatron*, a TV que o governo do Paraná disponibilizou para todas as salas de aula no estado. É principalmente pelo *Educatron* que as crianças aprendem, nos conteúdos quase 100% tirados do Registro de Classe Online (RCO), a plataforma *sugestória* - neologismo que crio misto de “sugestiva”, como o estado diz ser, mas “obrigatória”, visto que os estudantes são cobrados pelo rendimento a partir dos conteúdos do RCO - que o estado disponibiliza na justificativa de ajudar o planejamento dos professores em suas aulas. Entretanto, consegui observar sem muito esforço o quanto essa plataformização proporciona justamente o contrário, tanto para professores quanto alunos, pois o ensino mostra-se mais bancário (Freire, 1968) que nunca, ou seja, o professor repassa o que deve ser aprendido e os alunos tiram à prova seu desempenho em avaliações classificadoras. Espera-se, a partir do RCO, que todas as crianças no estado do Paraná, de ponta a ponta, estejam assistindo aquela mesma aula naquela mesma semana, uniformizando o currículo e atuando contra o dinamismo e a autonomia do professor. O quadro de giz é um recurso de apoio caindo cada vez mais em desuso, e a apresentação de slides (muito mal formatados e sem aprofundamento na abordagens dos temas) torna-se o vetor principal para o aprendizado dos estudantes paranaenses.



O Governo do Paraná parece ter muitos planos e implementações na escola, os quais escolhi discorrer neste texto. Um deles especialmente me chama a atenção de forma questionável. É um cartaz de vinil chamado Freqüenciômetro, onde ali se dispõe um ranking de presença das turmas em sala de aula. Por exemplo, se a turma teve 96% de freqüência durante aquela semana, estará com uma carinha verde feliz. Já se a turma mostra uma freqüência menos esperada, a carinha já não é tão feliz, e é notificada com amarelo. Por fim, se a turma apresentar freqüência inferior a 80%, a carinha não é nada feliz, denunciando a intolerância em vermelho. Como este biombo informativo exerce uma relação de poder diante das crianças, sendo ele sequer uma figura humana? Foucault descreve que, “a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista.” (Foucault, 1975). As penalidades visam muito mais proteger ataques ao capital, ou seja, a preocupação é econômica acima de tudo. A freqüência dos alunos em uma escola está ligada diretamente com o tanto de recursos que esta escola irá receber ou não do governo, junto com a nota das provas, este que é fomentado pelo Banco Mundial. Para resumo, o Banco Mundial é uma instituição financeira que empresta, ou investe, dependendo do ponto de vista, dinheiro para países em desenvolvimento (MEC, 2006), fundado logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, pelos Estados Unidos; país cuja responsabilidade causou grande parte da destruição destes tais países que se prestou a ajudar financeiramente logo em seguida. A partir disso, o BM possui regras e objetivos que o país deve alcançar para receber este investimento, tópico que poderia estender-se por grande tempo, mas irei (tentar) trazer de forma sucinta:

A Fundação Lemann, criada em 2002, ao lado da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM), se juntaram para “trazer” do estrangeiro imperialista, uma BNCC fraturada. Não há artigos científicos que sustentem essa BNCC. [...] Todos os trabalhos científicos atestam a pauperização da BNCC e geram uma educação falida, como foi a dos EUA da década de 1980. (BELLINI, Marta. Quem abocanha mais dinheiro do Ministério da Educação? Maringá: Correio da Cidadania, 2023.)

A professora Marta Bellini, professora associada do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), é uma de muitos estudiosos da educação que afirma que o sistema que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) emprega no nosso país é apenas um instrumento de catalizar dinheiro público sem o devido e amplo investimento nas instituições de educação.. Voltando ao assunto do Banco Mundial, seu interesse é formar cada vez mais operários e, acima disso, consumidores. A reforma do ensino



médio conseguiu apontar esta afirmação por abrir mão de disciplinas para defender matérias como Projeto de Vida, que tem como conteúdos de autoconhecimento e autoestima, objetivos e metas pessoais, planejamento e organização, empreendedorismo e carreira, entre outros. Assuntos estes que tiram o lugar da Filosofia, Sociologia e, como de praxe, Artes; evidentemente, disciplinas de caráter reflexivo e crítico. Estas novas aulas, disfarçadas de aproximação do cotidiano dos alunos e preparação de carreira, têm o objetivo de construir uma mentalidade voltada para o mercado, “ajudando-os” a se destacarem dentro de um sistema meritocrático, máquinas de um grande império capital. Elas não direcionam ao pensamento crítico e emancipação como as outras disciplinas proporcionavam, mas sim reforçam os princípios que lembram a Teoria do Capital Humano neoliberalista. O ensino público está descaradamente preparando esses jovens para o mercado, não para a escolha de cursos universitários, sobretudo não às faculdades consideradas Humanas. De que servirá jovens que exercitam o pensamento crítico e questionam sua realidade? O Coordenador de Área (Artes) do PIBID, professor dr. Luciano Buchmann, aponta isso criticamente em seu texto, *Juntos ou Separados*, onde destaca que, segundo Motta e Frigotto: “[...] a modernização do currículo retira as disciplinas inúteis ou desinteressantes, culpadas pela evasão dos estudantes.” (Buchmann, 2018. p. 262).

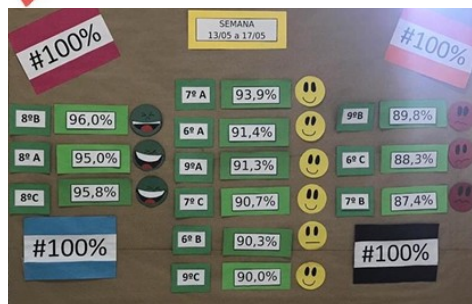
Podemos inserir mais teóricos sobre o currículo para denunciar essa índole. Tomaz Tadeu da Silva traz um apanhado de estudiosos em seu livro, *Documentos de Identidade: uma introdução às Teorias do Currículo* (1999), evidenciando este interesse econômico e mercantil na escola a partir do contexto pós Revolução Industrial. Silva traz dois autores contemporâneos um ao outro de contraste, colocando John Dewey (1859) e John Bobbitt (1876) lado a lado, mostrando duas faces da moeda. Para Bobbitt, é evidente o seu pensamento maquinário, que afirma que “[...] a educação, tal como a usina de fabricação de aço, é um processo de moldagem”. Sendo assim, Bobbitt acredita que a escola deve formar operários, e não empresários. Em seu livro *The Curriculum* (1918), inclusive, aponta a urgência de estabelecer um padrão único a se seguir, a fim de acabar de vez com estas variações ideológicas. Em contrapartida, Dewey estava muito mais preocupado com a construção da democracia que com o funcionamento da economia. Também em contraste com Bobbitt, Dewey achava importante levar em consideração, no planejamento curricular, os interesses e as experiências das crianças e jovens. “Para Dewey, a educação não era tanto uma preparação para a vida ocupacional adulta, como um local de vivência prática direta de princípios democráticos” (Silva, 1999. p. 23). Silva traz este questionamento dos dois pólos,



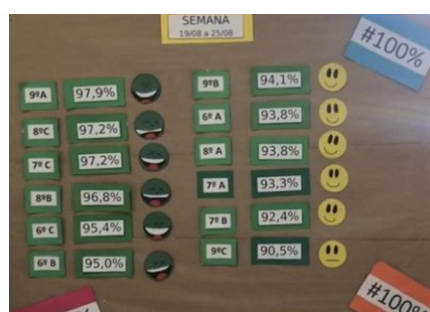
observando que um aponta a educação para a economia, e outro à educação para a democracia. Trago ainda para acrescentar nesta questão, a afirmação de Paulo Freire que um processo educacional autêntico deveria ser culturalmente e historicamente fundamentado. Freire, em diversos dos seus livros afirma que o bom professor deve formar um sujeito com pensamento crítico, libertando-o do sistema e adquirindo sua total autonomia e independência (Freire, 2004), base de uma educação libertadora.

Tudo isso para, agora, findarmos a questão da frequência em relação à BNCC. O fator é simples: para que toda esta renda do BM caia na conta da Escola X, ela deve estar alinhada com aquelas obrigações e deveres estipulados pelo Banco, como mencionado anteriormente. Sem falar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que funciona literalmente como um avaliador que classifica as escolas; maior o IDEB, maior o dinheiro investido e merecido para aquela instituição (Bellini, 2023). E nisso entra a frequência escolar, que garante que os estudantes estejam recebendo tal doutrinação. O Estado, por sua vez, escolheu que esta frequência seja cumprida com rigor e se valendo daqueles cartazes expositivos, apontam o desempenho em frequência, de melhor para pior, das turmas a ser exibido para todos. Escutei na sala do 7º ano A do PIBID os estudantes orgulhosos, falando de sua qualificação: “a segunda melhor turma da escola”. No que isso diz a turma ser melhor? E por que a frequência é tão importante para a escola? Para que este investimento caia na conta, e ela possa pintar as paredes, comprar bola de basquete, e todas as outras coisas que são feitas com a renda da escola nas mãos do Estado que não posso acusar neste mero relato. Este sistema de poder empregado nas mãos do BM (Estados Unidos), pode ser refletido de acordo com Gilles Deleuze e Felix Guattari, em seu livro *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (vol. 2), onde afirmam que “é inútil criticar o imperialismo mundial de uma língua denunciando as corrupções que ela introduz nas outras línguas. Pois uma língua, como o inglês, o americano, não é mundialmente maior sem ser trabalhada por todas as minorias do mundo, com procedimentos de variação bastante diversos.” (Deleuze, Guattari, 1995. p. 40). O autor traz a linguagem como forma de poder, onde a colonização de outras culturas acaba posicionando uma cultura maior acima de todas. Isto pode ser visto em várias camadas da sociedade e, é claro, aos quais até mesmo (e principalmente, na verdade) currículo e a escola não escapam.





**Figura 1.** Foto autoral do Frequenciômetro da escola tirada no começo do ano (2025).



**Figura 2.** Foto autoral do Frequenciômetro da escola tirada no final do ano (2025).

Utilizo agora apoio das imagens, Figura 1 e Figura 2. As duas fotos trazem um comparativo da frequência em meses distintos. Este biombo é atualizado rigorosamente toda semana com a média percentual da turma, e mostra, de certa forma, uma melhora considerável nos números entre uma data e outra. Gosto de frisar que, na primeira foto, mesmo a turma com a pior colocação, a frequência é bastante tolerável, com 87,4%, e mesmo assim está em vermelho. É curioso analisar também, e durante o meu tempo observando as aulas da grande maioria dessas turmas, a briga pelo pódio. Esta frequência descomedida é incentivada inclusive pelos professores, que também são beneficiados com créditos pelo resultado do IDEB - conforme a própria supervisora comentou em uma de nossas conversas. E mais, esse espírito competitivo paira não apenas entre as turmas, mas entre as crianças de uma mesma turma. Entre as turmas porque, obviamente, o primeiro lugar ganha benefícios por sua colocação, alegoria infame dentro deste sistema gigantesco de escala política. Ingenuamente, competem por recreios prolongados, passeios, aula livre, e diversas propostas que variam de escola para escola. Nisso, há cobranças dentro da própria sala, onde um faltante prejudica a turma toda. Foucault descreveria o aluno que falta como o inimigo em comum, ou seja, “é um traidor pois desfere seus golpes dentro da sociedade.” (Foucault, 1975. p. 110). O delinquente, dentro das punições em prisões, se torna o indivíduo que deve ser punido e excluído; a intriga, a sede do pódio e espírito de competição capitalista invade não só a escola,



mas a turma em si, numa pressão individual onde o coletivo é punido por conta das ações de um sujeito isolado. E isso não se encaixa apenas na frequência. A turma que foge do esperado, que desobedece, é punida da mesma forma que os bonzinhos são contemplados. Novamente, Foucault exemplifica que a multa não dói para o rico como a infâmia não dói para quem já está exposto, e nesta teoria das punições, elas são aplicadas da forma que mais atingirá o culpado para que isso não se repita.

Na escola específica que está sendo analisada, os alunos possuíam uma forte ligação com o futebol. A professora supervisora me contou que há inclusive alunos que moram no alojamento do CFC (Coritiba Futebol Clube) vindos de diversas partes do país, que sustentam sua família com a bolsa esportiva, entre todo tipo de situação. Foi comentado que a frequência dos alunos entre as duas datas das fotos teve um crescimento louvável, que curiosamente aconteceu ao mesmo tempo em que uma nova punição foi implementada na escola: com o descumprimento de regras ou frequência abaixo do esperado, a turma perderia o momento de quadra reservado no recreio (há um rodízio do uso da quadra entre as turmas). Chega a ser bonito ver, se não fosse de certa forma triste, os outros colegas se esforçando para que os jogadores possam ter seu tempo de recreação fazendo o que gostam, mantendo todos juntos a frequência acima de 90%, que é mais do que suficiente. Dessa forma, todos ficam felizes. Os alunos não perdem o direito da quadra, o IDEB da escola orgulha o diretor, e o Banco Mundial segue com seus objetivos contemplados:

É por isso que, do ponto de vista dos interesses das classes dominantes, quanto menos as dominadas sonharem o sonho de que falo e da forma confiante como falo, quanto menos exercitarem a aprendizagem política de comprometer-se com uma utopia, quanto mais se tornarem abertas aos discursos “pragmáticos”, tanto melhor dormirão as classes dominantes. (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.p. 48)

O período do PIBID ocorreu justamente ao mesmo tempo dos projetos de privatização das escolas do governo do Ratinho Jr., o *Parceiros da Escola*, onde acompanhei de perto este processo dentro da escola. Inclusive, toda esta questão discutida nos parágrafos acima, sobre o Banco Mundial e o IDEB, cai em jogo agora. Este projeto é vinculado diretamente com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), e tem como o objetivo entregar a administração de algumas escolas para empresas privadas, na justificativa de que elas irão “otimizar a gestão administrativa e de infraestrutura das escolas através de parcerias com instituições



especializadas em gestão educacional. O objetivo é permitir que diretores e gestores se concentrem mais na qualidade educacional, desenvolvendo metodologias pedagógicas, treinando professores e acompanhando o progresso dos alunos.” (Paraná, 2024). No portal do governo também é destacado que as escolas selecionadas para este tipo de iniciativa foram escolhidas por conta da necessidade de aprimoramento pedagógico, nestas mesmas palavras. Mas isto tudo não passa de uma propaganda caluniosa, onde escolas que de fato precisam de certa atenção estão sendo deixadas de lado, e escolas que já possuem um bom desempenho estão sendo atacadas de tantas promessas vazias.

O colégio que participei do PIBID estava sendo sondado pelo radar do governo há um bom tempo; em 2023 para a implementação das escolas cívico militares, que foi negado com a grande pressão da comunidade, e em 2024 para a privatização, que acabou vencendo por não ter atingido o quórum. É um colégio que dispensa qualquer necessidade dessas melhorias prometidas, possui grande infraestrutura e ótimo desempenho no IDEB. Estas empresas privadas estão interessadas nestas escolas que já têm uma classificação alta pois, assim, os recursos que entram para esta escola pelo IDEB são igualmente altos, e cairão direto na posse dos empresários ao invés de melhoria de recursos escolares. Além disso, há a promessa de que o estado investirá R\$200,00 mensais por aluno para as Escolas Parceiras, sendo o atual custeio (dados de 2024) mensal R\$8,00, de acordo com a professora supervisora que me orientou nesse processo. Com a aprovação deste projeto, os paranaenses estão tendo seu dinheiro público desviado diante de seus olhos.

O governo afirma em diversas plataformas de comunicação que a decisão da privatização é em conjunto com a comunidade, mas há inúmeros testemunhos que apontam a falta de reciprocidade nas tentativas de conversa, de vontades egoístas destes representantes colocadas acima da lei e da democracia. Já não é a primeira vez no estado do Paraná que a educação encontra-se abandonada; destaque novamente os conteúdos do RCO passados no *Educatron*. A minha professora orientadora possui uma tentativa de driblar esse sistema adicionando seu conhecimento à aula pronta, modificando questões e atividades, mas ainda assim, a aula é feita em cima daquilo que o estado julgou o ideal. E este comportamento não é atoa, pois os professores são ocupados de ainda mais demandas paralelas muito além de corrigir provas, mas como propostas como os *Formadores em Ação*, outro programa da rede do estado que proporciona cursos profissionalizantes e formação continuada aos professores em diversas áreas do conhecimento, em modalidade EAD. Estes cursos, apesar de não serem



obrigatórios, pontuam no currículo e no plano de carreira desses professores, que se amontoam dessas tarefas para, por exemplo, se destacarem no ranking e terem a opção de escolher colégios mais próximos, períodos e aulas que querem trabalhar, quais turmas, entre outros privilégios que esses pontos oferecem. Volto, então, com o termo *sugestório* para definir o *Formadores*, que não apenas ocupa a carga horária dos profissionais, impossibilitando o planejamento de aula ou inclusive o descanso, mas inclusive sendo muito questionado (conversas que ouvi na sala dos professores) como insatisfatórios, pouco edificantes, e “perda de tempo”. O curso é um dos únicos aceitos para a progressão de carreira. Os professores fazem porque eles têm que fazer.

A imagem de um professor da rede estadual do Paraná no leito de um hospital participando do curso Formadores em Ação, porque o governo Ratinho Júnior exige frequência de 100% e não aceita atestado médico, viralizou em aplicativos de mensagem nesta quarta-feira (21). O curso, ministrado à distância, é um dos únicos aceitos pelo governo para progressão na carreira e também é utilizado na classificação na distribuição anual de aulas. (SINDICATO, APP. Desumano: professor faz curso no leito do hospital porque o governo exige frequência de 100% e não aceita atestado médico. APP Sindicato, Curitiba: 21 de maio de 2025.)

Esta não é a única notícia chocante sobre a escala que se encontra a opressão de professores no estado do Paraná. Pouco depois desta notícia, com uma semana de diferença entre ambas, duas professoras de língua portuguesa faleceram dentro da escola. Foram a professora Silvaneide Monteiro Andrade, do Colégio Estadual Jayme Canet, e a professora Rosane Maria Bobato, do Colégio Estadual Santa Gemma Galgoni. Duas notícias extremamente chocantes para a comunidade de professores do estado, mas nada surpreendentes devido à condição de pressão, assédio e adoecimento que os professores têm enfrentado do governador - este que apresenta um silêncio ensurdecedor diante das três ocorrências. Vale destacar que Língua Portuguesa é uma das matérias mais pesadas na carga horária, e a que mais é cobrada a interação com as plataformas, quizzes digitais e outras exigências que permeiam o RCO. A professora Rosane, inclusive, do Santa Gemma, teve uma parada cardíaca logo após ser cobrada na sala da pedagogia, e vale dizer também que a escola também é uma das que foram selecionadas para a privatização, mais um de infinitos projetos de melhoria da educação propostos pelo atual governador Ratinho Junior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Estado do Paraná enfrenta há mais de duas décadas um declínio no que se diz projetos voltados para a educação pública e, principalmente nos últimos anos, essa situação mostra-se cada vez mais alarmante. Não apenas diante de nossos alunos, mas também da valorização desses profissionais da educação, que têm sua carreira cada dia mais atacada por estas implementações. Consigo entender como Freire e Foucault conversam diretamente, mesmo que talvez sem querer, diante dessa situação específica que observei em pesquisa, e me pergunto como isso ainda é possível e normalizado diante de obras como Pedagogia do Oprimido (Freire, 1967), um dos livros mais estudados na área da educação globalmente. Um autor tão próximo e acessível, brasileiro, e que é mencionado em diversos desses documentos estatais da educação (como a Base Nacional Comum Curricular/BNCC, o Currículo da Rede Estadual Paranaense/CREP, o próprio Projeto Político Pedagógico/PPP da escola), apenas para embelezamento poético: o que se aplica na prática dessas políticas é o extremo contrário de cada palavra de Freire.

Entendo, a partir das práticas vividas e analisadas no PIBID, o meu papel como futura docente, e o que posso encontrar pelo caminho. Mostra-se mais que necessário o exercício do pensamento crítico diante do cotidiano que estes estudantes paranaenses vivem sem se dar conta, ou seja: “no fundo, o que eu quero dizer é que o educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo os conteúdos, os objetos cognoscíveis, e não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetos, ou dos conteúdos.” (Freire, 1992. p. 24). É papel do educador, meu papel, portar-se com esperança diante de uma turma e não fazê-los capazes ou transformá-los, mas sim, mostrar que são capazes de avaliar a sociedade e questionar seus pilares. A educação é o caminho para políticas públicas justas, inclusivas e equitativas.

## REFERÊNCIAS

BELLINI, Marta. Quem abocanha mais dinheiro do Ministério da Educação? Maringá: Correio da Cidadania, 2023.

BUCHMANN, Luciano Parreira; FERREIRA-LIA, Luzia Aparecida. Juntos ou Separados: a busca pelo associativismo e o caso APAEP e APROAP. Porto Alegre: Revista GEARTE, 2018.



DELEUZE, Gilles. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 2). São Paulo: Editora 34, 1995. DUARTE JÚNIOR, João Francisco. O que é Realidade? Editora Brasiliense: São Paulo, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FERREIRA-LIA, Luzia Aparecida; BUCHMANN, Luciano Parreira. Juntos ou Separados: a busca pelo associativismo e o caso APAEP e APROAP. 259 Revista GEARTE, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 259-271, maio/ago. 2018.

PARANÁ. Parceiros da Escola: conheça o projeto. Curitiba: Governo do Paraná, 2024. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/parceiro-da-escola>. Acesso em: 07/12/2024.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

SINDICATO, APP. Desumano. APP Sindicato, Curitiba: 21 de maio de 2025. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/desumano-professor-faz-curso-no-leito-do-hospital-porque-governo-exige-frequencia-de-100-e-nao-aceita-atestado-medico/#:~:text=A%20imagem%20de%20um%20professor%20da%20rede%20estadual,viralizou%20em%20aplicativos%20de%20mensagem%20nesta%20quarta-feira%20%2821%29> Acesso em: 16/06/2025.

